

Para a designação no sistema e início das atividades por meio da referida modalidade deverá:

- a) a chefia imediata anexar nos autos o documento que descreva a forma de cumprimento do artigo 11 da Portaria 78/2024 e;
- b) o gestor da unidade firmar nos autos declaração de compromisso de comunicação imediata à Secretaria-Geral para revogação do ato, caso os deveres e responsabilidades do(a) servidor(a) não estejam sendo cumpridos, caso as atividades desempenhadas se tornem incompatíveis com o trabalho a distância, caso não haja mais interesse da administração na manutenção da autorização, bem como surja qualquer vedação disposta no normativo.

O vínculo e subordinação hierárquica dos servidores deverão ser mantidos na unidade de lotação, podendo o prazo de autorização do trabalho à distância ser prorrogado, mediante solicitação da chefia imediata do(a) servidor(a), dispensada a edição de novo ato, desde que mantidas as condições iniciais que ensejaram o deferimento do trabalho não presencial.

Os servidores para os quais foi concedido o trabalho remoto por motivo de falta de estrutura física disponível em unidade do Ministério Público Federal, no município ou região metropolitana em que residem, migrarão para o regime presencial ou híbrido, assim que houver disponibilização de espaço e equipamentos para o exercício das atividades de forma presencial, nos dias em que não estiverem designados ao trabalho não presencial, nas respectivas unidades dos locais da residência.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA.

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO  
Procurador da República  
Secretário-Geral Adjunto

DESPACHO DECISÓRIO SG Nº 2.502, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2024

REFERÊNCIA: Procedimento de Gestão Administrativa PGR/MPF nº 1.00.000.009184/2024-01. ASSUNTO: Auxílio-moradia. INTERESSADO: RAFAEL SOARES ROCHA, servidor sem vínculo, matrícula nº 33928-8. DECISÃO: Tendo em vista o disposto nos artigos 6º, II, 7º, III, do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e de acordo com o contido na Informação DDS/SGP nº 14208/2024 - PGR-00477773/2024, DEFIRO o pagamento de auxílio-moradia, a partir de 05 de novembro de 2024, considerando o exercício na Procuradoria da República no Pará - PR/PA, em montante equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do cargo em comissão percebido pelo interessado, condicionado à efetiva comprovação da despesa, conforme os artigos 60-A ao 60-E da Lei nº 8.112/1990, bem como regulamentação dada pela Portaria PGR/MPU nº 653/2013. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA, inclusive quanto às obrigações constantes nos artigos 2º e 7º da Portaria PGR/MPU nº 653/2013.

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO  
Procurador da República  
Secretário-Geral Adjunto

DESPACHO DECISÓRIO SG Nº 2.534, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2024

REFERÊNCIA: Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.011315/2023-21. ASSUNTO: Licença para Tratar de Interesses Particulares. INTERESSADO: JORGE PINHEIRO VERTULLI, Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 2508-9. DECISÃO: no uso da competência atribuída pelos artigos 6º - inciso II e 7º - inciso III, do Regimento Interno Administrativo, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382/2015 e considerando os Despachos 1128/2024 AJA/PGR - PGR-00456000/2024 e 28811/2024 SG - PGR-00461427/2024, e a Informação 14432/2024 - PGR-00485306/2024, DEFIRO a licença para tratar de interesses particulares ao interessado, no período de 10/01/2025 a 09/01/2028, sendo facultada a manutenção do vínculo com o Plano de Seguridade Social do Servidor Público e com o Plan- Assist, mediante contribuição mensal, na forma dos §§ 3º e 4º do artigo 183 da Lei 8.112/90, do Acórdão nº 1408/2020 - TCU - Plenário e da Portaria PGR/MPU nº 231, de 08/05/2012. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA.

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO  
Procurador da República  
Secretário-Geral Adjunto

PORTARIA SG/MPF Nº 1.280, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2024

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 143 e 148 da Lei nº 8.112, de 1990, art. 6º, inciso XL do Anexo da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015 (Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal), e art. 3º, da Portaria SG/MPF nº 727, de 8 de julho de 2024, resolve:

Art. 1º Reconduzir os servidores JÉSSICA DE AQUINO ALVES FERREIRA, matrícula 30.222, MARIO MATIAS DA COSTA, matrícula 24.066, e GUILHERME CHAIBE MONTENEGRO, matrícula 6.822, da Comissão da Sindicância Acusatória, instituída pela Portaria nº 827, de 1º de agosto de 2024, da lavra da Ilma. Secretária-Executiva em exercício da Secretaria-Geral do Ministério Público Federal, Sra. FERNANDA AZEVEDO SAMPAIO, publicada no DMPF-e nº 146 - administrativo de 05/08/2024, Página 1, sob a presidência da primeira, darem continuidade aos trabalhos de apuração dos fatos relatados no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA nº 1.00.000.001801/2024-12, bem como possíveis infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUBER DELANO JOSÉ LISBOA FILHO

DESPACHO DECISÓRIO SG Nº 2.543, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2024

REFERÊNCIA: Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA nº 1.00.000.008914/2024-49. ASSUNTO: Isenção do Imposto de Renda na Fonte. INTERESSADO: Francisco de Assis de Santiago, matrícula nº 3483, Analista do MPU/Apoio jurídico/Direito, aposentado. DECISÃO: No uso da competência delegada pelo Artigo 3º, inciso XIII, da Portaria SG/MPF nº 727, de 08 de julho de 2024, e de acordo com o contido na Informação